SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ: 76.494.806-0001-45

Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.287	9.007
Contas a receber de clientes	5	28.703	25.885
Partes relacionadas	6	2.571	5.683
Estoques		641	654
Despesas antecipadas	7	5.963	605
Tributos a recuperar		451	2.936
Outras contas a receber		1.233	1.998
Total do ativo circulante		118.849	46.768
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	-	14.111
Depósitos judiciais	14	14.247	12.183
Imp.de renda e cont.social diferidos	15	5.697	5.791
Imobilizado	8	27.008	35.382
Intangível	9	11.526	14.322
Total do ativo não circulante		58.478	81.789
TOTAL DO ATIVO		177.327	128.557

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.017	1.436
Empréstimos e financiamentos		238	397
Obrigações sociais e trabalhistas	11	28.443	25.319
Obrigações tributárias	12	6.762	4.446
Comissões e bonificações		1.687	1.249
Partes relacionadas	6	115	242
Dividendos a pagar	16.d	53.320	9.610
Outras contas a pagar		9.644	953
Total do passivo circulante		102.226	43.652
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		84	323
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	3.496	4.185
Outras contas a pagar		569	764
Total do passivo não circulante		4.149	5.272
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a	16.696	16.696
Reserva de capital		8.792	8.792
Reservas de lucros	16.d	45.464	54.145
		70.952	79.633
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		177.327	128.557

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55.445	67.177
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	55.445	67.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		72.755	73.420
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social:			
Depreciação e amortização	8 e 9	13.656	12.984
Resultado da alienação de imobilizado		777	705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	49	973
Provisão de bonificação de volume		1.687	1.249
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(710)	(691)
Atualização de partes relacionadas		-	(417)
Juros e variação cambial sobre empréstimos		-	15.834
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tibutários, cíveis e trabalhistas		(819)	(878)
		87.395	103.179
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(2.867)	4.030
Estoques		13	-
Partes relacionadas		21.723	8.543
Tributos a recuperar		2.485	(1.579)
Despesas antecipadas		(5.358)	6.218
Outros ativos		(459)	(1.075)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		581	(1.006)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.124	2.878
Obrigações tributárias		(744)	(1.953)
Partes relacionadas		(127)	57
Outros passivos		7.247	(5.781)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		113.013	113.511
Pagamento de juros		-	(652)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.157)	(11.297)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		98.856	101.562
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de imobilizado	8	(2.155)	(4.140)
Aquisições de intangível	9	(1.108)	(2.239)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.263)	(6.379)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de mútuos		(4.500)	(4.500)
Pagamento empréstimos e financiamentos		(398)	(26.834)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercicio	16.d	(20.415)	(95.992)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(25.313)	(127.326)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		70.280	(32.143)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.007	41.150
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		79.287	9.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	256.315	253.526
Custo dos produtos e serviços	18	(115.717)	(123.477)
LUCRO BRUTO		140.598	130.049
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	18	(32.637)	(33.792)
Despesas gerais e administrativas	18	(26.032)	(29.596)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	19	(13.519)	3.303
		(72.188)	(60.085)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		68.410	69.964
Receitas financeiras	20	5.399	22.057
Despesas financeiras	20	(1.054)	(18.601)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		72.755	73.420
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(17.216)	(11.297)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(94)	5.054
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		55.445	67.177
Número de ações do capital social (em milhares)		13.800	13.800
LUCRO POR AÇÃO (em reais)		4,02	4,87

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		16.696	8.792	3.339	383	63.953	-	93.163
Dividendos 2015 aprovados AGO	16.d	-	-	-	-	(63.953)	-	(63.953)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	67.177	67.177
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	-	(16.754)	(16.754)
Transferência entre reservas		-	-	-	159	50.264	(50.423)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		16.696	8.792	3.339	542	50.264	-	79.633
Dividendos 2016 aprovados AGO	16.d	-	-	-	-	(50.264)	-	(50.264)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	55.445	55.445
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	-	(13.862)	(13.862)
Transferência entre reservas		-	-	-	-	41.583	(41.583)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		16.696	8.792	3.339	542	41.583	-	70.952

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARAO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Radio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.

A Companhia atua integradamente com empresas do mesmo grupo, no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, usualmente renovável pelo mesmo período.

A Diretoria da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras em 30 de abril de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos.

• Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: débitos com partes relacionadas, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

2.5. Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. Caixa e equivalentes de caixa são: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui contas a receber com prazos longos e conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente foi avaliado e em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras, não foi registrado.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

2.6. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.8. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.9. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução